DOS DEVERES

Cícero

Tradução
ANGÉLICA CHIAPETA
Revisão da tradução
GILSON CESAR CARDOSO DE SOUZA

Martins Fontes
São Paulo 1999

querem ser mais generosos do que a situação o permite já erram nisto: são injustos para com o próximo. De fato, transferem a estranhos o que melhor seria conservar, havendo em tal liberalidade, o mais das vezes, a ânsia de extorquir e obter ilegalmente bens que se possam em seguida prodigalizar. E vêem-se mesmo homens não tão generosos por natureza quanto atiçados pelo desejo de glória, ávidos por serem tidos como benfeitores, agirem aparentemente mais por ostentação que por boa vontade. Ora, essa simulação está mais próxima da vaidade que da liberalidade e da honestidade.

45. A terceira precaução consiste em fazer, na beneficência, uma seleção de merecimento, examinando-se os costumes daquele a quem se deseja beneficiar, sua disposição para conosco, o que com ele temos em comum nas relações e na vida, os serviços que antes nos prestou[55]. Bom será que todas essas razões se apresentem juntas, caso contrário terão mais peso causas diversas e maiores.

XV.46. Como, porém, vive-se não com seres perfeitos e plenamente sábios, mas com aqueles entre os quais já seria muito bom se existissem simulacros de virtude[56], penso que não se deve negligenciar homem algum em que surjam indícios de retidão. Devemos respeitar qualquer um que seja ornado por qualidades doces como a modéstia e a temperança, ou a justiça de que já tanto se falou. Pois um ânimo forte e grandioso, em uma criatura não-perfeita nem sábia, parece muitas vezes excessivo; as outras virtudes, no entanto, costumam dotar de preferência o homem bom. Basta isso quanto aos costumes.

47. Quanto à benevolência de alguém para conosco, o primeiro dever é atribuirmos quinhão maior àquele por

55. Cícero discute a conduta do receptor potencial de benefícios em 46; sua disposição em relação a nós em 47; seus serviços merecedores de nossa gratidão em 48-9 e o grau de sua amizade para conosco em 50 ss.

56. Cf. III.13-16.

quem mais sejamos estimados. Julguemos a benevolência, porém, não segundo o costume dos adolescentes, com certo ardor pela afeição, e sim por sua estabilidade e constância. Considerando-se os méritos, no entanto, cuide-se para que o favor não seja procurado, mas retribuído: não há, em verdade, dever mais necessário que pagar um favor. **48.** Se Hesíodo manda retribuir em maior medida, se possível, aquilo que houvermos recebido[57], que faremos quando desafiados por um benefício não solicitado? Imitaremos acaso os campos férteis, que entregam mais do que auferem? E se não hesitamos em favorecer aqueles que esperamos nos sejam úteis, como agiremos em relação àqueles que já o foram? Pois há dois tipos de liberalidade: a primeira toma a iniciativa do benefício, a segunda a paga; tomar ou não essa iniciativa depende de nós, mas deixar de pagar não é próprio do homem honesto, desde que o faça sem cometer injustiça.

49. Porém, os benefícios recebidos devem ser diferenciados e não há dúvida de que se deve mais a um benfeitor maior. Todavia, pondere-se em primeiro lugar a quem, com que intenção e com quanto esforço alguém praticou um benefício. Muitos, com efeito, os praticam por temeridade, sem discernimento ou medida, talvez incitados contra todos por certo ímpeto repentino, como um vento; tais benefícios não devem ser considerados tão grandes quanto os que se originam do tirocínio, da reflexão e da constância.

Entretanto, ao praticar um benefício ou retribuir um favor, sendo todas as outras coisas iguais, convém principalmente ao dever que se socorra quem mais necessita. Ora, a maioria faz o contrário: serve aquele que menos necessita e de quem mais espera. **XVI.50.** Muito bem se preservará a sociedade e a união dos homens se nos mostrar-

57. *Os trabalhos e os dias* 349-51.

mos mais benignos para com aqueles que nos forem mais próximos.

Parece, contudo, que devemos antes investigar quais princípios da natureza são próprios da comunidade e da sociedade humana. E o primeiro é o que notamos no concerto universal do gênero humano. Seu vínculo é a razão e a palavra que, ensinando, aprendendo, comunicando, discutindo e julgando conciliam entre si os homens e agrupam-nos em uma comunidade natural. De que estamos mais distanciados que da natureza das feras, nas quais com freqüência dizemos haver coragem – como nos cavalos, nos leões –, mas não justiça, eqüidade ou bondade? Elas, com efeito, são desprovidas de razão e linguagem.

51. Evidentemente, na mais ampla sociedade facultada aos homens, aquela em que todos convivem com todos, devemos respeitar a comunidade dos bens que a natureza engendrou para uso geral; assim, o que foi regulamentado pelas leis e pelo direito civil seja mantido conformemente a essas mesmas normas[58], mas o resto obedeça ao provérbio grego: "Entre amigos, tudo é comum." Ora, parecem comuns a todos os homens as coisas do tipo que Ênio definiu mediante um exemplo extensível a vários:

> O homem que, afavelmente, mostra o caminho ao errante
> Faz como que se lhe acendesse o lume com o seu:
> Em nada brilha menos para ele depois que acendeu o do outro.

Só esse exemplo para mostrar que devemos conceder, mesmo a um desconhecido, tudo aquilo que pudermos dar sem prejuízo. **52.** Não vetar água corrente; permitir que outros acendam fogo no nosso; ajudar com bons conselhos e deliberação daquele que o desejar: essas são coisas co-

58. Cf. p. 14, nota 30.

muns, úteis a quem as recebe sem ser molestas a quem as dá. Por isso, devemos não só utilizar essas coisas como entregar parte delas ao usufruto comum. Todavia, como os recursos de cada um são limitados e a multidão dos necessitados é infinita, a liberalidade para com o vulgo deve ater-se à ressalva de Ênio: "Em nada brilhe menos para ele." Desse modo, não faltarão bens com que nos mostrarmos liberais para com os nossos[59].

XVII.53. Inúmeros são os graus da sociedade humana. Separando-se, com efeito, daquela sociedade infinita, o homem fica mais próximo do mesmo povo, da mesma nação e da mesma língua, pela qual, principalmente, os seres humanos se agrupam. Fica mesmo mais próximo da mesma cidade, pois muitas coisas são comuns aos cidadãos: o fórum, os templos, os pórticos, as ruas, as leis, os direitos, os tribunais, os sufrágios – além, é claro, dos costumes, das amizades e dos contratos que lavram entre si. Mas a coligação mais restrita é a da sociedade dos parentes: partindo-se da imensa comunidade do gênero humano, é a esse núcleo estreito e limitado que se chega. **54.** Dado que, por natureza, os animais sentem o desejo de procriar, a primeira sociedade é a do casal e depois a dos filhos; vêm em seguida a moradia e os bens comuns. Temos aí o princípio da cidade e como que a origem das comunidades políticas. Seguem-se os laços entre irmãos, primos e sobrinhos que já não podem ser mantidos numa única casa e se retiram para outras, como para colônias. Depois os casamentos e as afinidades, dos quais surgem mais parentes: tal propagação e multiplicação é a origem das comunidades políticas. Os vínculos de sangue prendem os homens pela

59. A restrição de nossas obrigações para com a humanidade em geral – não prejudicar nossos próprios interesses – é compensada pela restrição de nossa busca desses interesses (I.25; III.21 ss.): não prejudicar a ninguém, como esclarece Cícero em III.42.

benevolência e pela caridade. **55.** Grande coisa é, com efeito, possuir os mesmos monumentos ancestrais, celebrar os mesmos cultos, ter sepulcros comuns.

Mas nenhuma sociedade é mais excelente, nenhuma mais sólida do que quando os homens bons, semelhantes em costumes, se ligam pela amizade. Com efeito, a honestidade de que falamos nos comove e nos torna amigos daquele em quem parece existir. **56.** Apesar de toda virtude atrair e nos fazer estimar a pessoa que a ostenta, a justiça e a liberalidade conseguem-no mais que todas. Nada é mais amável e mais sociável do que a semelhança dos bons costumes, nos quais lobrigamos idênticos esforços, desejos idênticos; sucede então que a pessoa seja igualmente amada por outra e por si mesma, dando-se aquilo que Pitágoras deseja na amizade: que de muitos se faça um só. Grande também é a comunidade que se baseia nos benefícios dados e recebidos; sendo esses não só múltiplos, mas ainda agradáveis aos que os praticam, os homens permanecem unidos em estreita sociedade.

57. Examinando os fatos com a razão e o coração, de todos os vínculos sociais nenhum é mais caro do que aquele que nos prende à república. Os pais são caros, caros são os filhos, parentes e amigos: mas só a pátria reuniu as afeições de todos. Portanto, que homem bom hesitaria em afrontar a morte se isso aproveitasse à pátria? Que haverá de mais detestável do que a monstruosidade dos que dilaceram a pátria com toda a casta de crimes, e estão ou estiveram empenhados em destruí-la até o fim?[60]

58. A fazer-se um confronto e uma comparação para saber a quem devemos o maior número de préstimos, em primeiro lugar virão a pátria e os pais, pois a eles estamos

60. Uma das muitas alusões de Cícero a Antônio e seus seguidores, considerados destruidores da república, aqui identificada com "pátria". Ver "Introdução", pp. XI ss.

ligados pelos mais importantes benefícios; depois, os filhos e o lar que confia em nós e não encontra outro refúgio; enfim, os parentes com quem nos entendemos bem e às vezes temos até uma fortuna comum. Assim, os recursos necessários à existência devem-se principalmente àqueles que antes mencionei; mas a vida e o alimento comum, os conselhos, as conversas, as exortações, as consolações, muitas vezes até as repreensões importam sobretudo nas amizades, sendo bastante grata a amizade que a semelhança de costumes promoveu[61].

XVIII.59. No cumprimento de todos esses deveres será preciso determinar o que é mais necessário a cada um, bem como o que cada um pode ou não conseguir sem o nosso concurso. Portanto, os graus de necessidade não serão os mesmos que os das circunstâncias. Há obrigações devidas mais a uns que a outros: por exemplo, na colheita dos frutos, ajudarás teu vizinho de preferência a um irmão ou amigo. Mas, em caso de conflito judicial, defenderás um parente ou amigo de preferência ao vizinho[62].

Tais coisas e outras semelhantes devem então ser avaliadas sempre que se trata de cumprir uma obrigação, e nelas convém adquirir hábito e prática para que sejamos bons calculadores dos deveres e, adicionando ou subtraindo, obtenhamos o montante do resto, com base no qual decidiremos quanto deve tocar a cada um. **60.** Mas como nem

61. Ao considerar o grau de amizade para conosco (ver I.45), Cícero primeiramente delimita nossas obrigações para com a humanidade em geral (51-2) e depois (57-8) para com aqueles a quem devemos amparo material – primeiro a pátria, em seguida os pais e finalmente, em ordem de contigüidade, os que nos são próximos pelo sangue ou o casamento. Observa ainda que as relações sociais devem-se primeiramente à amizade baseada na semelhança de conduta. Ver I.160, nota 139.

62. Mesmo no contexto jurídico, Cícero não menciona as relações caracteristicamente romanas de guarda (*tutela*), clientela (*clientela*) e hospitalidade (*hospitum*), que tradicionalmente tinham mais direito ao amparo legal que os laços de sangue, exceto no caso dos pais ("Introdução", pp. XXV-XXVII).